

RENATA VIEIRA DA MOTTA (TRANSCRIÇÃO)

Obrigada, boa noite a todas e todos. Queria de verdade agradecer, super sinceramente e afetivamente, ao Clóvis, ao Marcelo, ao Ivanei, aos colegas dos museus-casas.

É muito bacana, para mim, começar ouvindo. De certa forma tem sido meu exercício atual, porque eu estive na Secretaria. Agora, aqui falo mais a partir de uma chave do ICOM Brasil, em que estou na presidência, mas estou atuando também no Museu da Língua Portuguesa e no Museu do Futebol, na OS, então, de certa forma, é um espelho interessante em termos do que eu percorri na Secretaria e agora olho como documentos, percursos dentro desses dois museus. Eu vi essa trajetória dos museus-casas, participei um pouco da criação do próprio Encontro, que agora está na sétima edição. É não só uma satisfação, mas talvez uma perspectiva de um otimismo que se estabelece nesta noite, de que de fato estamos num processo de construção bastante consistente, aqui no contexto dos museus do Estado de São Paulo, e com bastante compromisso, transparência, verdade, que são também aspectos em que a gente tem encontrado bastante dificuldade, numa percepção bastante desafiadora do momento presente, em que a gente se vê bastante numa perspectiva de mais escuridão, mais terrível. Então, de fato esta noite tem sido muito bacana, e acho que é importante a gente recuperar esses percursos numa perspectiva de construção mesmo. E, sem dúvida, aqui a gente tem instituições que são referência, não só nessa perspectiva de integrar museus da Secretaria, mas também nessa perspectiva de museus-casas literárias.

Pensei um pouco na minha fala. Ser a última a falar tem uma dupla armadilha, não é? Já falaram bastante, então não queria repetir. Muito do aspecto que é trazido como tema da mesa, "O futuro dos museus-casas em rede", achei que tanto o Marcelo, claro, quanto Angélica e Paula trariam, a partir de perspectivas mais atualizadas, do *front* mesmo, em que eu não estou. Então pensei em trazer um pouco alguns elementos com relação a uma reflexão – ou uma discussão, mais do que uma reflexão, – de futuros. Muitos de vocês perceberam um impacto – acho que todos nós, mas bastante eu, pessoalmente – com relação ao presente, ou *aos presentes*. Acho que tem essa

dimensão quase que necessária de uma reinvenção a partir de tudo que estamos percorrendo nas diferentes dimensões e aspectos da nossa vida social, da nossa democracia brasileira, mas também da pandemia, que não teria sido possível imaginar, pelo menos para minha geração. Cresci numa perspectiva de certa bonança brasileira, me tornei adulta na redemocratização. Tudo isso, de certa forma, é o que a gente está revisitando como esse presente que se reconstrói no passado. Acho que o tema geral do encontro é super apropriado, adorei – estou sempre aprendendo aqui com a Casa – esse conceito de *agoridade*. Marcelo fez a gentileza de me passar as referências, que estou lendo. Mas, de fato, é desse processo em ebulição, mais do que tudo, que posso falar um pouquinho a seguir. Vou trazer essa discussão de futuros muito a partir do que achei bacana que foi mencionado. Portanto, está no coração e nas reflexões de nós que estamos aqui no contexto de fazer nossos museus à disposição da nova definição de museu tal qual tem sido proposta pelo ICOM.

O Dia Internacional de Museus este ano de 2022 trouxe como tema geral – e é um tema que é votado pela rede do ICOM numa assembleia geral – o poder dos museus, celebrado no dia 18 de maio. Só queria fazer essa lembrança em relação a esse tema porque para mim foi um tema bastante incômodo, essa perspectiva do poder, mas ao mesmo tempo acho que abriu de fato essa possibilidade de nos reconhecermos como potência em um lugar legítimo de discussão a partir dos museus e da nossa contribuição para o presente e para os futuros, a partir dos enormes desafios atuais. Então, o ICOM, a partir desse tema, propôs algumas chaves. A questão de sustentabilidade, que foi mencionada, aparece; a questão de inovação, digitalização, tecnologia também aparece como um eixo que foi proposto no tema deste ano, e também um eixo importante ligado ao poder das comunidades, que também aqui foi mencionado bastante a partir da perspectiva dos territórios, das ações na perspectiva de diversidade, inclusão, que também têm sido bastante um debate em torno dos museus.

Mais especificamente em relação à nova definição, vou tentar ser sintética, mas recomendo muito que, quem tiver interesse de fazer essa reflexão a partir dessa chave, saiba que o ICOM Brasil trabalhou muito no sentido de trazer a comunidade de profissionais brasileiros para esse debate. Porque, claro, havia o chamado do ICOM Internacional a partir de um momento muito interessante, que foi, um pouco antes da

pandemia, em 2018, na Conferência Geral, que aconteceu em Kyoto. Achou-se que iríamos votar a nova definição e, na Assembleia Geral, que é essa coisa meio ONU dos museus, criou-se um impasse com uma crise institucional que, posteriormente, definiu a renúncia da então presidente Suay Aksoy. Essa grande crise institucional permanece até hoje.

A crise tem muitas dimensões. O ICOM é uma instituição criada no pós-Segunda Guerra, naquele grande contexto da paz mundial etc., e também, de certa forma, hoje tem todos os elementos para estar em xeque e em crise. Diz muito, nessa perspectiva, a crise do ICOM. Mas acho que a primeira pergunta é: por que a gente precisa de uma nova definição de museus para o século XXI? Um tanto a reflexão que se inicia, que vai culminar finalmente na votação, agora no final de agosto de 2022, na Conferência Geral em Praga, começa lá em 2015. Então é um debate que está percorrendo desde 2015 até 2022. Claro que antes se achava que eram três anos, porque o ICOM acaba funcionando em ciclos de três anos, visto que as Conferências Gerais acontecem a cada três anos. Mas esse processo se alongou por seis anos. Ao final eu vou fazer a leitura da redação proposta que será votada – também um momento interessante de tradução com que a gente acabou se comprometendo, e a gente tem uma articulação com os colegas de Língua Portuguesa, com os comitês nacionais, com Portugal, Moçambique, Cabo Verde –, a tradução da proposta que será votada, com várias nuances, para nós que não somos tradutores, para chegar a um consenso entre esses países de Língua Portuguesa.

Lembrando que, de forma muito rápida, a gente teve uma primeira definição em 1950 – proposta liderada pelo Georges Henri Rivière; depois, ela vai ser atualizada só ali em 1974, a partir do impacto das próprias discussões da Mesa de Santiago (a gente também está em um ano de celebração importante para nós, da museologia latino-americana), que traz muito fortemente essa perspectiva da função social dos museus e o conceito de museu integral; e, depois, a gente vai ter uma nova atualização da definição, que permanece até hoje, em 2007. Então, em cada um desses momentos não há grandes mudanças de fato com relação à nova definição. Só para mencionar a última, de 2007, é a que vai trazer o elemento de *patrimônio imaterial*, que era o debate naquele momento, fundamental no que a gente viu de desdobramento nessas últimas duas décadas no campo museal e que foi mencionado aqui pela Simone, se não me

engano. De maneira mais operacional, por que que a gente precisa de uma nova definição? Para o ICOM, porque é a ferramenta, de uma perspectiva mais endógena, normativa, para definir os parceiros institucionais e a própria admissão dos membros. Ou seja, a definição define o que é a própria rede do ICOM. A gente está aqui falando de redes, então a definição traz essa perspectiva importante de um recorte e um contorno para essa rede, que é um aspecto que também foi muito debatido: rede, museus-casas literários, como são esses aspectos de contornos, mas que são segmentações... Nas políticas públicas a gente também debate muito na perspectiva de o que está dentro e o que está fora, o que a gente inclui e o que a gente exclui. O segundo motivo por que precisamos de uma nova definição é um motivo exógeno: os Estados signatários necessitam de parâmetros para definir o que reconhecem como museus. Eu sempre fiz muito essa discussão quando estava no setor público, na administração direta: o que é essa definição nessa perspectiva de um reconhecimento? Essa definição engendra normativas em diferentes níveis, na legislação que enquadra os museus, nos diferentes países (no caso do ICOM), e ajuda a definir políticas públicas para o campo museal. Menciono isso porque o passo seguinte, entendendo que agora há um consenso e a votação, esperamos, vá acontecer sem nenhuma surpresa na Assembleia em agosto, é de fato a gente pensar essa implementação. Muitas das minhas dúvidas – e fui mudando de posição ao longo desse debate – eram acerca do quanto uma mudança na definição impactaria na nossa própria legislação do setor museal brasileiro, que é bastante referenciada na definição do ICOM, para além da riqueza da museologia brasileira, que tem um debate que extrapola muito uma definição. Mas, de qualquer maneira, como eu sou uma gestora de museus, com compromisso com as políticas públicas, me preocupava bastante, e aí vou dizer por quê.

A proposta que gerou impasse em Kyoto tinha uma natureza de uma definição que era muito mais aspiracional, de desejos bastante difusos da comunidade, e menos operacional, que é o que a gente tem hoje: “museu é uma instituição sem fins lucrativos, permanente...”. Tem ali uma série de encadeamentos, e, para a gente que sempre escreveu pareceres para os procuradores, tem um “negocinho” que funciona. Não se fecham museus porque museu é *permanente*, tem ali um jogo de palavras. Agora, quais

os desafios? Acho que é legal a gente fazer essa reflexão, porque para uma nova redação a gente tem alguns desafios. Liste aqui alguns, sem querer ser exaustiva, claro.

Primeiro, como a definição de museus do ICOM – lembrando que também a definição é de uma rede internacional que tem 44 mil membros, 140 países, mas é um recorte – pode abarcar a diversidade da prática museal? Essa dimensão de que os museus de fato são muito diversos é um pouco enlouquecedora. “O meu museu é diferente” – a gente sempre fala assim. Um segundo desafio para uma nova definição é dar conta das diversas qualificações, isto é, se ela deve ser estritamente operacional ou pode conter elementos aspiracionais para os museus. Esse jogo também na verdade tem muito a ver com essa dimensão de fabulação de futuros, porque está no campo dos desejos. Muitas das minhas críticas à redação eram: “Isso a gente *quer* ser, mas a gente não é. Está na definição?”. Em terceiro lugar, se a definição pode representar os principais problemas do momento ou deve ser atemporal (também entendendo a característica de uma definição). O quarto desafio seria: em que medida ela pode determinar a relevância dos museus para as sociedades do futuro? Em outras palavras: qual é o poder da definição de museu nos diferentes contextos em que ela é aplicada? É um pouco essa a reflexão que eu deixo aqui.

Então, só para quem não passou pelo apropriado dessas definições, embora elas sejam bastante conhecidas, acho que vale fazer uma leitura de 2007, que é anterior à atual e que foi aprovada na Conferência da Áustria: “O museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e de seu meio com fins de estudo, educação e deleite.” E *deleite* é uma palavra que é super polêmica na tradução [risos], provavelmente a gente vai traduzir como *fruição*. Ficam aqui a polêmica e o debate anunciados.

Vou ler essa que foi a polêmica e o impasse (em 2018, em Kyoto): “Os museus são espaços democratizantes, inclusivos e polifônicos, que atuam para o diálogo crítico sobre os passados e os futuros. Reconhecendo e abordando os conflitos e desafios do presente, mantêm artefatos e espécimes de forma confiável para a sociedade, salvaguardam memórias diversas para as gerações futuras e garantem a igualdade de

direitos e a igualdade de acesso ao patrimônio para todos os povos”. Daí tem dois parágrafos, já começa aí o problema, uma definição com dois parágrafos [risos]: “Museus não têm fins lucrativos, são participativos e transparentes e trabalham em parceria ativa com e para as diversas comunidades, a fim de colecionar, preservar, investigar, interpretar, expor e ampliar as compreensões do mundo, com o propósito de contribuir para a dignidade humana e a justiça social, a equidade mundial e o bem-estar planetário.” Essa definição alargou demais, houve uma reação, um impasse, e voltou-se a uma metodologia. Definiram um novo comitê com uma coliderança de dois latino-americanos bastante jovens: o museólogo brasileiro Bruno Brulon, vinculado à UNIRIO, que fez um trabalho extraordinário nessa condução, e a Luran Bonilla-Merchav, que é uma profissional de museus da Costa Rica. Isso foi bastante objeto de discussão no sentido de “por que raios uma instituição eurocêntrica vai definir para esse processo bastante complexo a liderança de dois latino-americanos?” – com todos os méritos deles. Mas tudo correu bem, e acho que melhor do que a gente imaginava, num processo muito estruturado. Aqui no Brasil eles propuseram uma metodologia que era meio engraçada, porque tinha onze passos, cinco etapas, bem estruturadinha, necessária para aquele momento caótico, com várias consultas muito abertas para comunidade do ICOM, e aí foi que o ICOM Brasil se engajou bastante nessa mobilização – espero que vários de vocês possam ter participado. A gente fez um GT de especialistas bastante diversos em termos das representações regionais e de perfis, não só membros do atual conselho, como a querida Angelica Fabbri, mas também não membros do ICOM, o que foi um primeiro debate (“isso é uma discussão só para membros ou não membros?”).

Uma primeira etapa muito bacana – vou mencionar apenas duas, porque já estou me estendendo – foi uma etapa que pedia a definição de vinte palavras-chaves. Então, a partir dessas palavras, que eles entenderam numa nuvem de palavras global, iríamos chegar numa proposição de nova redação. As palavras do Brasil eu vou ler rapidamente, destacando inicialmente três, incluem *futuros* – isso numa enquete aberta que a gente fez no ICOM Brasil –, e começa com *antirracista*, *bem viver* – que são os termos bastante fora da curva nessa nuvem de palavras globais –, e aí seguem com *comunicar*, *cultura*, *decolonial*, *democrático*, *direitos humanos*, *educação*, *experiência*, *futuros*, *inclusivo*,

instigar, patrimônio, pesquisar, público, salvaguardar, social, sustentável, território, transformar. Essas vinte palavras são muito interessantes para a gente entendê-las também como um universo de palavras aonde as instituições museais no Brasil têm trazido as suas questões, inquietações, reflexões e proposições nas suas ações, navegando nesses diferentes contextos.

Aí, já seguindo para o final, teve um segundo momento a partir dessa nuvem de palavras e depois da proposição de uma primeira redação, em que na metodologia proposta pelo GT do ICOM Internacional eles agruparam essas palavras em sete dimensões. Eu vou falar o que a comunidade brasileira também associou às palavras e a essas dimensões, porque daí isso vai construindo um raciocínio de como se chegou ao resultado e às dissonâncias das expectativas desses que participaram dentre os profissionais de museus brasileiros, com que a gente vai ter ao final da proposta da nova definição. Às vezes poderiam escolher mais de duas palavras. O David Kaseker também participou desse GT, acho que pode também dar o depoimento de como foi rico.

Para “O que é museu?” a palavra escolhida foi *instituição*. Isso é um grande debate. Sou uma profissional que trabalha na construção de instituições, fui uma defensora, claro, mas tem uma dimensão no próprio estatuto de museus, nosso marco regulatório federal, de *processos museais*. Então tem uma dimensão importante para chamar a atenção. Para “O que qualifica um museu?”, que era a segunda dimensão, *socialmente responsável, sem fins lucrativos, crítico, aberto ao público* são as palavras que foram associadas a essa dimensão. “Quais são os assuntos objetos dos museus?”: *patrimônio tangível e intangível, memória, identidade, meio ambiente*, e aí a gente poderia incluir palavras que não estavam (porque isso era uma lista de palavras fechada, em que a gente poderia incluir mais duas). E aí, nessa dimensão de quais os assuntos a gente incluiu *bem viver*, que era aquela palavra que nos vinte termos tinha surgido. Tem toda uma dimensão que Simone trouxe também dessas visões não eurocêntricas, essa dimensão das cosmogonias indígenas, que o bem viver trazia muito fortemente. Surgiu como palavra e também como uma intencionalidade brasileira que fazia sentido a gente colocar nesse contexto. “O que o museu faz?” era a quarta dimensão, mais operacional, digamos assim: *preserva, documenta, comunica, educa e pesquisa*. Acho que isso é mais conhecido pelo nosso universo. “O que as pessoas experimentam no museu?”:

Experiência, emoção, conhecimento, transformação e participação. Penúltimo e sexto eixo: “Quais valores moldam os museus?”: *Diversidade, inclusão a serviço da sociedade, equidade/igualdade* – às vezes tinha palavras que eram agrupadas – *justiça social, sustentável*, e aí nesse eixo se incorporou a nossa segunda contribuição de palavras que não estavam listadas, que foi *antirracismo*. E o último eixo, “Para quem os museus trabalham?”: *Comunidade/sociedade, público, colaborativo, em parceria/rede*, e aí foi incorporada a palavra *território*. Então *bem viver, antirracismo* e *território* foram as palavras adicionadas.

Acho que esse raciocínio é bem interessante. No site do ICOM tem esses relatórios todos, para quem quiser ler. Principalmente acho que essas escolhas são muito legais como uma certa referência do debate dos nossos desejos.

Finalizo aqui lendo essa proposta de nova definição que vai ser votada em poucas semanas – já está dando uma ansiedade: “Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público,” – tem uma coisa do plural, que muda também e que é uma outra questão longamente discutida [risos] – “acessíveis, inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os museus funcionam e comunicam ética e profissionalmente com a participação das comunidades, proporcionam experiências variadas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento.” Deixo vocês com essa proposta de nova definição. Quero agradecer de novo, parabenizar, dizer de novo da minha felicidade de estar com vocês aqui nesta noite e ver a realização de mais esta edição do Encontro de Museus-Casas Literários. Obrigada.

Renata Vieira da Motta é arquiteta, com atuação nas áreas de arquitetura e urbanismo, com ênfase em Museus e Gestão Cultural. De 2011 a 2016 atuou na área de museus da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, como Diretora Técnica do Sistema Estadual de Museus (SISEM-SP) e Coordenadora da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM). Atualmente é presidente do ICOM Brasil e Diretora Executiva da ID Brasil, Organização Social (OS) de Cultura responsável pela gestão do Museu do Futebol, desde sua inauguração em setembro de 2008, e do Museu da Língua Portuguesa, desde julho de 2012.

